



alto minho
desafio 2020

Este desafio é nosso!

Saiba mais em www.altominho2020.com

Pacto Territorial “Alto Minho 2020”

Viana do Castelo, 20 de junho de 2013



cim alto minho
comunidade intermunicipal do alto minho



ON.2
O NOVO NORTE
PROGRAMA OPERACIONAL
REGIONAL DO NORTE



QREN
QUADRO DE REFERÊNCIA
ESTRATÉGICO
NACIONAL
2014-2020



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu de
Desenvolvimento Regional

Preâmbulo

Considerando que:

1. A CIM Alto Minho tem vindo a desenvolver ao longo dos últimos 18 meses, em parceria com os principais atores locais e regionais, uma estratégia de desenvolvimento de base territorial - a **Estratégia “Alto Minho 2020”**, visando consensualizar uma visão para este espaço regional, as suas prioridades de desenvolvimento e as principais iniciativas / projetos a concretizar no horizonte 2020;

2. A estratégia e plano de ação “Alto Minho 2020” foram construídos através de um processo participado por um vasto conjunto de instituições públicas, privadas e associativas, abrangendo, nomeadamente: (i) 5 seminários temáticos que contaram com mais de 1000 participantes; (ii) 12 workshops temáticos nos quais participaram mais de 160 entidades; (iii) duas edições do concurso escolar “Alto Minho 2020”, no qual participaram 50 escolas que apresentaram 250 trabalhos; (iv) um concurso de fotografia “Alto Minho 2020” com mais 100 fotografias apresentadas; (v) a dinamização do site <http://www.altominho2020.com/> onde todos puderam ter acesso aos documentos produzidos e, mais importante do que isso, dar contributos e fazer propostas sobre esta iniciativa “Alto Minho 2020”.

3. A estratégia “Alto Minho 2020” identifica uma Visão sustentada em quatro prioridades temáticas, designadamente:

- **Tornar o Alto Minho uma região mais competitiva**, pela valorização dos recursos patrimoniais e endógenos, capitalizando o potencial endógeno valorizado pelo mercado.
- **Tornar o Alto Minho uma região mais atrativa**, pela capacidade de gerar produtos específicos do território, elegendo internamente as apostas que permitam projetar a imagem assumida pela região.
- **Tornar o Alto Minho uma região mais conectada**, pela garantia de mobilidade, abertura e recetividade, construindo um quadro efetivo de repercussão.
- **Tornar o Alto Minho uma região mais resiliente**, pela adaptação à mudança, sustentando iniciativas competitivas à escala coletiva e inclusivas à escala individual.

4. A Resolução do Parlamento Europeu de 20 de Maio de 2010 sublinha que “a fraca governação multinível constituiu uma das principais limitações da Estratégia de Lisboa, dado ser insuficiente o envolvimento das autoridades regionais e locais, bem como da sociedade civil, na conceção, implementação, comunicação e avaliação da estratégia”. Nesse sentido, o Parlamento Europeu “assinala que uma dimensão territorial reforçada da estratégia Europa 2020, que contemple as especificidades e os diferentes graus de desenvolvimento das regiões europeias e que comporte a implicação direta das autoridades regionais e locais, no

planeamento e na execução dos programas relevantes conduzirá a um maior sentido de apropriação dos objetivos da estratégia a todos os níveis e garantirá um melhor conhecimento dos objetivos e dos resultados no terreno”.

5. Esta posição do Parlamento Europeu se encontra alinhada com o recente reforço do estatuto das regiões e dos municípios na arquitetura política da União Europeia, nos termos introduzidos pelo Tratado de Lisboa, o qual: (i) reconhece explicitamente, pela primeira vez, na história da UE, a dimensão territorial como um dos objetivos da coesão, a par da coesão económica e da coesão social, (ii) consagra uma nova definição do princípio de subsidiariedade, que passa a abarcar os níveis local e regional, e (iii) promove o papel institucional do Comité das Regiões no processo legislativo, em particular, na verificação da efetiva aplicação do princípio da subsidiariedade.

6. Neste contexto e no sentido de conferir à Estratégia “Europa 2020” uma plena dimensão territorial, o Comité das Regiões, acordaram com a Comissão Europeia e o Conselho Europeu a adoção, numa base voluntária, de Pactos Territoriais em cada Estado Membro da UE, envolvendo os níveis de governo local, regional, nacional de um determinado país. Este carácter contratual, sustentado por objetivos e indicadores adequados e partilhados por todos os parceiros, permite libertar as sinergias e os efeitos sistémicos indispensáveis para os países atingirem os objetivos da Estratégia Europa 2020.

7. De acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013, de 20 de Maio, que define os pressupostos do Acordo de Parceria a negociar entre o Estado Português e a Comissão Europeia para o ciclo de apoio comunitários 2014-2020:

a) “A territorialização das políticas públicas terá que estar alinhada com a organização territorial do Estado. Portugal percorreu um caminho de afirmação das NUTS II, não apenas como escala de gestão regional dos fundos comunitários, mas também como escala de referência para a gestão desconcentrada das políticas sectoriais, e, mais recentemente, de afirmação das NUTS III como nível privilegiado para as articulações entre governo central e governos locais, bem como para a cooperação intermunicipal e da escala de intervenção dos projetos autárquicos, que se iniciou no QCA III de forma seletiva e prosseguiu no QREN de forma exaustiva, com a generalização a todo o território do Continente de subvenções globais com Associações de Municípios. Em continuidade, no próximo ciclo de programação procura-se consolidar este caminho, propondo que as entidades intermunicipais dinamizem ITI à escala NUTS III (ou agrupamentos de NUTS III contíguas) ”.

b) “A escala NUTS III servirá igualmente de referência para assegurar a coerência estratégica de outras intervenções de cariz local, em territórios urbanos, rurais ou nos espaços de articulação entre ambos. Torna-se, portanto, fundamental a criação de um quadro estratégico sub-regional claro, devidamente articulado com a estratégia regional dinamizada pelas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), que garanta a coerência das intervenções independentemente da forma como são implementadas (ITI ou DLBC) e que permita assumir explicitamente o desenvolvimento rural e o desenvolvimento das zonas costeiras como parte integrante do desenvolvimento regional. As entidades intermunicipais

surgem como as mais habilitadas ao desenvolvimento destes planos estratégicos e parcerias territoriais (nomeadamente à luz dos financiamentos que lhes foram atribuídos para tal no âmbito do atual QREN), bem como à promoção da sua monitorização na fase de implementação, em ambos os casos garantindo o envolvimento das entidades relevantes. Procura-se, desta forma, colmatar os constrangimentos identificados no QREN relativos à sobreposição não coordenada de diversas intervenções de carácter integrado sobre o mesmo território, bem como ao subaproveitamento dos documentos de planeamento estratégico sub-regional. Neste domínio, é ainda desejável que nas NUTS III de fronteira esta estratégia incorpore igualmente a componente da cooperação transfronteiriça”.

8. A dinamização e acompanhamento da estratégia Alto Minho 2020 se devem sustentar na celebração de um Pacto Territorial “Alto Minho 2020” entre as principais instituições públicas, privadas e associativas fundamentais para a concretização das prioridades da estratégia “Alto Minho 2020”, visando, através de articulação e concertação estratégica regional, dar a necessária sequência à montagem física, financeira e institucional das iniciativas, projetos e ações previstos no respetivo “Plano de Ação”;

9. O Plano de Ação do Pacto Territorial “Alto Minho 2020” não é um documento estático e fechado, mas sim um referencial estratégico aberto a novas propostas de ações e/ou entidades que se enquadrem nas prioridades da estratégia “Alto Minho 2020”.

É celebrado o presente Pacto Territorial “Alto Minho 2020” de acordo com as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira

(Objeto)

1. O Pacto Territorial “Alto Minho 2020”, a celebrar entre as instituições públicas, privadas e associativas fundamentais para a concretização das prioridades da estratégia “Alto Minho 2020”, visa, através de articulação e concertação estratégica regional, assegurar, nomeadamente, os seguintes objetivos:

(a) A dinamização, execução e monitorização da visão e prioridades da estratégia “Alto Minho 2020”, avaliando periodicamente os seus resultados e impactos e, caso necessário, procedendo aos reajustamentos e atualizações consideradas adequadas;

(b) A estruturação, dinamização, execução, atualização e seguimento do Plano de Ação da Estratégia “Alto Minho 2020”, bem como dos correspondentes Programas de Atividades Anuais;

(c) A montagem física, financeira e institucional das iniciativas, projetos e ações previstos no “Plano de Ação” da Estratégia “Alto Minho 2020”.

2. Os Parceiros do Pacto Territorial “Alto Minho 2020” – quer as partes signatárias do presente protocolo, quer outras que venham a aderir posteriormente - acordam constituir e integrar esta Parceria do Pacto Territorial “Alto Minho 2020” e comprometem-se a colaborar na prossecução dos objetivos mencionados no ponto 1, nos termos previstos no presente Protocolo.

3. Esta Parceria sustenta-se na colaboração interinstitucional de natureza prospetiva, na partilha de experiências e de conhecimento estratégico e na congregação de vontades, não substituindo, nem prejudicando, a autonomia de cada uma das entidades outorgantes no exercício das atribuições e competências que legalmente lhes estão atribuídas, nem implicando qualquer tipo de compromissos financeiros entre as Partes.

Cláusula Segunda

(Âmbito territorial)

O Pacto Territorial “Alto Minho 2020” abrange os municípios da Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima, que são os seguintes: Arcos de Valdevez, Caminha, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira.

Cláusula Terceira

(Modelo de Governação)

O modelo de governação do Pacto Territorial “Alto Minho 2020” envolve a ação coordenada dos seguintes órgãos:

1. Núcleo Executivo, órgão presidido pelo Presidente da CIM Alto Minho e integrado pelos membros do Conselho Executivo da CIM Alto Minho, por um representante do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC), por um representante da Confederação Empresarial do Alto Minho (CEVAL) e por um representante do Secretariado Regional da União das

Misericórdias do Distrito de Viana do Castelo. Incumbe a este órgão a coordenação e superintendência geral de todas as atividades a desenvolver, nomeadamente:

- a) Coordenar as diferentes instituições no sentido de assegurar intervenções mais estratégicas e coordenadas no território, bem como o reforço da concertação e da articulação entre os atores envolvidos na implementação das iniciativas do Pacto Territorial “Alto Minho 2020”;
- b) Deliberar relativamente aos eventuais ajustamentos, reorientações ou mesmo novas entidades a inscrever no Pacto Territorial “Alto Minho 2020”, na sequência de propostas apresentadas pelo Comité de Pilotagem;
- c) Desenvolver as diligências tendentes à boa execução do Pacto Territorial “Alto Minho 2020”, efetuando as necessárias articulações com os organismos da administração regional e central e outras instituições relevantes para a prossecução dos seus objetivos;
- d) Assegurar a coerência e efeitos de sinergia no Pacto Territorial “Alto Minho 2020” com as principais medidas de política pública e respetivos instrumentos de financiamento ou de ação;
- e) Deliberar sobre as demais diligências necessárias à adequada concretização dos objetivos do Pacto Territorial “Alto Minho 2020”.

2. O Comité de Pilotagem, órgão presidido pela CIM Alto Minho e integrado por um representante do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC), da Área Alto Minho, da In.Cubo – Incubadora de Iniciativas Empresariais Inovadoras, da Fundação Bienal de Cerveira, da Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Minho (Adriminho), da Associação do Desenvolvimento Rural Integrado do Lima (ADRIL), da Associação Empresarial de Viana do Castelo (AEVC), da Associação Empresarial de Ponte de Lima (AEPL), da Associação Comercial e Industrial de Arcos e Barca (ACIAB), da Associação Comercial e Industrial dos Concelhos de Monção e de Melgaço (ACICMM) e de outras entidades que venham a ser definidas pelo Núcleo Executivo. Sempre que se justificar no domínio dos temas a abordar, podem participar nas reuniões do Comité de Pilotagem os Coordenadores dos Grupos de Dinamização e Seguimento. Ao Comité de Pilotagem incumbe, nomeadamente:

- a) Coordenar, gerir e dinamizar o Plano de Ação do Pacto Territorial “Alto Minho 2020”;
- b) Coordenar o processo de montagem técnica, financeira e institucional dos programas, projetos e iniciativas integradas no Plano de Ação do Pacto Territorial “Alto Minho 2020”, em articulação com os Coordenadores dos Grupos de Dinamização e Seguimento;
- c) Debater, preparar e propor ao Núcleo Executivo as decisões necessárias aos eventuais ajustamentos, reorientações ou novas ações a inscrever no Plano de Ação do Pacto Territorial “Alto Minho 2020”;
- d) Coordenar, em articulação com os Coordenadores dos Grupos de Dinamização e Seguimento, a preparação de contributos relativamente aos documentos de enquadramento e operacionalização do Plano de Ação do Pacto Territorial “Alto Minho 2020”, a submeter ao Núcleo Executivo;

- e) Desenvolver as condições de base do sistema de monitorização do Plano de Ação, em articulação com os Coordenadores dos Grupos de Dinamização e Seguimento;
- f) Propor ao Núcleo Executivo a constituição de Grupos de Dinamização e Seguimento, envolvendo, nomeadamente, representantes de instituições públicas e privadas mais diretamente interessadas nas correspondentes temáticas do Plano de Ação, assegurando posteriormente o acompanhamento da sua ação;
- g) Coordenar o processo de elaboração do Programa de Atividades Anual e do Relatório Anual de Atividades do Pacto Territorial “Alto Minho 2020”, em estreita articulação com os Coordenadores dos Grupos de Dinamização e Seguimento, submetendo os documentos finais à decisão do Conselho Executivo;
- h) Pronunciar-se sobre os Relatórios de Progresso apresentados pelos Grupos de Dinamização e Seguimento;
- i) Desenvolver diligências no sentido de assegurar a concretização dos compromissos nos termos e prazos previstos, propondo os eventuais ajustamentos que se venham a revelar necessários;
- j) Desenvolver as demais diligências necessárias à adequada concretização dos objetivos do Pacto Territorial “Alto Minho 2020” e das iniciativas previstas no correspondente Plano de Ação.

3. A Comissão de Acompanhamento, também presidida pela CIM Alto Minho e participada pelos membros do Comité de Pilotagem e por representantes dos principais atores locais e regionais constantes do Anexo I, bem como outras entidades com competências de intervenção nos domínios temáticos do Plano de Ação que venham a ser definidas pelo Núcleo Executivo, sob proposta do Comité de pilotagem. Compete a este órgão, nomeadamente:

- a) Acompanhar, de forma transversal, a execução do Plano de Ação do Pacto Territorial “Alto Minho 2020”, avaliando o seu grau de convergência com os objetivos inicialmente estabelecidos;
- b) Pronunciar-se sobre a proposta de Programa de Atividades Anual e de Relatório Anual de Atividades do Pacto Territorial “Alto Minho 2020” apresentados pelo Núcleo Executivo, sob proposta do Comité de pilotagem;
- c) Efetuar sugestões e recomendações sobre a estratégia “Alto Minho 2020”, constituindo-se como um espaço de reflexão sobre as dinâmicas e as estratégias para o desenvolvimento integrado do Alto Minho;

4. Os Grupos de Dinamização e Seguimento, integrados pelos atores com responsabilidades diretas no desenvolvimento das intervenções nos domínios temáticos a considerar nos principais programas de ação, iniciativas e projetos previstos no Plano de Ação do Pacto Territorial “Alto Minho 2020”. Os membros de cada Grupo de Dinamização e Seguimento são definidos pelo Núcleo Executivo, sob proposta do Comité de pilotagem. Os Grupos de Dinamização e Seguimento são responsáveis, nomeadamente, por:

- a) Desenvolver as ações tendentes à dinamização e seguimento do Plano de Ação do Pacto Territorial “Alto Minho 2020”, nomeadamente, a montagem técnica, financeira e institucional de iniciativas e projetos;
- b) Propor ao Comité de Pilotagem os critérios e metodologias de seguimento e monitorização do referido Plano de Ação;
- c) Elaborar Relatórios de Progresso no mínimo anuais, a submeter à apreciação do Comité de Pilotagem, com informação sobre o estado de desenvolvimento dos principais programas de ação, iniciativas e projetos associados;
- d) Elaborar contributos para a proposta de Programa de Atividades Anual e de Relatório Anual de Atividades do Pacto Territorial “Alto Minho 2020”, a submeter à apreciação do Comité de Pilotagem;
- e) Disponibilizar e promover o acesso à informação necessária ao bom desenvolvimento e monitorização das ações previstas;
- f) Propor ao Comité de Pilotagem soluções para eventuais disfunções e dificuldades de execução do Plano de Ação do Pacto Territorial “Alto Minho 2020”, nos tempos e moldes previstos.

Cláusula Quarta

(Garantias de Confidencialidade)

1. Cada uma das partes obriga-se expressamente a desenvolver todas as diligências necessárias para manter em absoluta e total confidencialidade toda e qualquer informação recebida da outra parte, bem como as respetivas negociações passadas e futuras, incluindo os atos de execução e, bem assim, quaisquer informações técnicas, comerciais e outras que, no âmbito da execução do presente acordo venham a ser transmitidas, exceto nos casos em que a revelação se tornar obrigatória por lei ou ordem legítima de autoridade pública, ou ainda se torne necessária para defesa dos interesses em litígio;
2. Não se considera abrangida pelo número anterior a informação: a) Que seja do conhecimento da parte recetora, à data da receção, salvo se tal informação for classificada como protegida ou confidencial; b) Que se torne do domínio público sem ser por intermédio da parte(s) recetora(s); c) Cujas divulgação tenha sido autorizada por acordo pelas partes.
3. Com a celebração do presente Protocolo as Partes vinculam-se, recíproca e conjuntamente, a cumprir com todas as disposições legais e regulamentares em matéria de proteção de dados pessoais.

Cláusula Quinta**(Vigência)**

O Pacto Territorial “Alto Minho 2020” entra em vigor na data da sua assinatura e é celebrado pelo período de um ano, automática e sucessivamente renovável, salvo denúncia escrita por qualquer das entidades signatárias até 60 dias antes do seu termo ou da sua renovação.

Cláusula Sexta**(Disposições finais)**

Compete ao Conselho Executivo o esclarecimento e/ou decisão sobre qualquer questão remanescente decorrente do funcionamento do modelo de governação do presente Pacto Territorial.

O presente Pacto contém 9 folhas, sendo assinado no seu Anexo I.

Viana do Castelo, 20 de junho de 2013

Signatários